



Trajectoria da psicologia escolar em Roraima

Path of school psychology in Roraima

Recebimento dos originais: 24/02/2023

Aceitação para publicação: 29/03/2023

Liliane Silva de Almeida

Especialista em Educação Especial e Psicomotricidade pelo Centro Universitário Fael

Instituição: Secretaria de Educação e Desporto de RR

Endereço: R. Barão do Rio Branco, 1495, Centro, Boa Vista - RR, CEP: 69301-130

E-mail: lilianealmeidarr@hotmail.com

Rafael Durant Pacheco

Doutorando em Ciências da Educação pela Faculdade Interamericana de Ciências Sociais

Instituição: Secretaria de Estado de Educação do Espírito Santo (SEDU)

Endereço: Av. Cezar Hilal, 1111, Santa Lucia, Vitória - ES, CEP: 29056-085

E-mail: rafaeldurant100@gmail.com

Marcos Vieira Araujo

Bacharel em Sistema de Informação pela Faculdade Atual da Amazônia

Instituição: Escola do SESI - RR

Endereço: Av. Brg. Eduardo Gomes, 3786, Aeroporto, Boa Vista - RR

E-mail: marcosvieiraaraujo@gmail.com

Silvane Pereira de Oliveira

Pós-graduada em Psicopedagogia pelo Institutos Superiores de Ensino do Censa (ISECENSA)

Instituição: Institutos Superiores de Ensino do Censa (ISECENSA)

Endereço: R. Voluntários da Pátria, 230, Centro, Campos dos Goytacazes - RJ, CEP: 28035-310

E-mail. silvanep8@yahoo.com.br

Vilma Lucas Neto

Mestranda em Educação pela Universidade Del Sol PY

Instituição: Secretaria de Educação do Distrito Federal

Endereço: St. Bancário Norte, Q 2, Phénicia Building Block C, Brasília - DF, CEP: 70040-020

E-mail: vlucasuab@gmail.com



Raimunda Mota de Carvalho

Mestranda em Ciências da Educação pela Universidade Politécnica e Artística do
Paraguay (UPAP)

Instituição: Secretaria de Educação e Desporto – RR

Endereço: Av Benjamin Constant, 1453, Centro Cívico, Boa Vista – RR,

CEP: 69301-020

E-mail: raimundamota2017@gmail.com

Josele da Rocha Monteiro

Doutorando em Ciências da Educação pela Faculdade Interamericana de Ciências
Sociais

Instituição: Centro Universitário do Espírito Santo (UNESC)

Endereço: Av. Fioravante Rossi, 2930, Martineli, Colatina - ES, CEP: 29703-858

E-mail: joselemonteiro@gmail.com

Danielle da Silva Trindade

Mestranda do Programa de Pós-graduação Sociedade e Fronteiras da Universidade
Federal de Roraima

Instituição: Universidade Federal de Roraima

Endereço: Avenida Capitão Ene Garcez

E-mail: danielle.trindade@ufrr.br

RESUMO

A Psicologia articulada à Educação foi uma das primeiras vertentes da psicologia no Brasil, mesmo antes dessa área ser regulamentada enquanto profissão. Deste modo, a Psicologia Escolar vem ao longo dos tempos sendo referenciada com pressupostos teóricos e práticos necessários em um contexto de complexidades históricas e contemporâneas. Frente a isto, buscou-se transcrever como objetivo geral, descrever historicamente a trajetória da psicologia escolar em Roraima. Metodologicamente, este estudo tem enfoque qualitativo, sendo uma pesquisa exploratória e descritiva de orientação materialista histórica, partindo desde a caracterização dos aspectos da atuação do Psicólogo Escolar, como uma compreensão dos seus relatos empíricos acerca de suas teorias e práticas, bem como seus desafios em sua atuação. Por isso chegamos à seguinte conclusão: no Estado de Roraima, a educação dispõe de leis específicas que asseguram a atuação deste profissional dentro das escolas. O que falta? A determinação de quem controla o estado, especificamente, o Poder Público que administra o Estado. Acredita-se que se de fato houvesse nas redes estaduais e municipais a atuação de um Psicólogo Escolar, haveria uma melhora quanto ao enfrentamento e resolução as dificuldades enfrentadas por parte dos alunos no que se refere a aprendizagem significativa, pois, os fatores que causam dificuldades podem ser oriundos de outras situações que não estão centralizadas a dificuldade do assunto ministrado.

Palavras-chave: Brasil, Roraima, psicologia, psicologia escolar.

ABSTRACT

Psychology articulated to Education was one of the first strands of psychology in Brazil, even before this area was regulated as a profession. Thus, School Psychology has over time been referenced with necessary theoretical and practical assumptions in a context of historical and contemporary complexities. In view of this, the general objective was to describe historically the trajectory of school psychology in Roraima. Methodologically, this study has a qualitative focus, being an exploratory and descriptive research of historical materialist orientation, starting from the characterization of the aspects of the School Psychologist's work, as an understanding of his empirical reports about his theories and practices, as well as his challenges in his work. That is why we come to the following conclusion: in the State of Roraima, education has specific laws that ensure the work of this professional within schools. What's missing? The determination of who controls the state, specifically the public power that administers the state. It is believed that if in fact there were in the state and municipal networks the performance of a School Psychologist, there would be an improvement as to the facing and resolution of the difficulties faced by the students with regard to significant learning, because the factors that cause difficulties may be originating from other situations that are not centralized the difficulty of the taught subject.

Keywords: Brazil, Roraima, psychology, school psychology.

1 INTRODUÇÃO

A Psicologia articulada à Educação foi uma das primeiras vertentes da psicologia no Brasil, mesmo antes dessa área ser regulamentada enquanto profissão. Deste modo, a Psicologia Escolar vem ao longo dos tempos sendo referenciada com pressupostos teóricos e práticos necessários em um contexto de complexidades históricas e contemporâneas. Porém, discutir sobre a Psicologia Escolar é entender seu percurso histórico que foi permeado por muitos questionamentos, haja vista que sua trajetória histórica foi atrelada por uma atuação que se relacionava a clínica, em que se faziam diagnósticos taxativos aos alunos sem considerar qualquer contexto histórico, pedagógico, relacional e social desses alunos considerados como queixa escolar.

Outro ponto crítico acerca da Psicologia Escolar refere-se aos cursos de formação, uma vez que essa área é tradicionalmente enfatizada para o contexto clínico, colocando as outras áreas para um olhar secundário de atuação. Desta forma, não é de se admirar que atuação para o contexto escolar se reproduziam aspectos clínicos e adaptacionistas.

A partir desses pressupostos, na década de 1980 iniciou-se um movimento de análise crítica acerca da atuação do Psicólogo Escolar, com intuito de considerar os processos desenvolvidos no contexto escolar. Deste modo, o problema de aprendizagem, passou a ser considerado como um fenômeno complexo, constituído socialmente, em que sua análise deve abranger os aspectos históricos, econômicos, políticos e sociais (LIMA, 2005).

Outro fator foi a organização política dos profissionais da educação, incluindo os psicólogos escolares que trouxeram questões relacionadas às problemáticas da educação. Foi nessa época que estes profissionais se organizaram para fazer eventos, reuniões e congressos científicos para debater às concepções e teorias histórico-críticas para ajudar na compreensão das complicações presentes na educação brasileira (MARINHO-ARAÚJO, 2010).

No que se refere aos aportes teóricos a grande contribuição para uma análise crítica acerca da Psicologia Escolar se deu com a obra de Maria Helena Souza Patto “*Psicologia e Ideologia: uma introdução crítica à Psicologia Escolar*” em 1984, a qual questionava os modelos de atuação psicoterapêutico nas instituições de ensino, bem como apontava em sua obra o repensar das explicações reducionistas que eram atribuídas às crianças que compunham as queixas escolares.

Deste modo, se recorre a outros autores como Crochik (1999), Meira (2003); Antunes (2003), Checchia e Souza (2003), Maluf (2006), Guzzo (2007, 2009), Almeida (2008), Martinez (2009) e Marinho-Araújo (2010), os quais preocuparam-se em pesquisar e discutir a Psicologia Escolar com propostas de reformulações para uma formação e atuação de um profissional que esteja compromissado com sua função social, ética e política, e da necessidade de repensar uma atuação da Psicologia Escolar numa perspectiva crítica.

Frente a isto, percebendo a complexidade da educação e da inexistência de profissionais de Psicologia Escolar na rede pública em Boa Vista-RR, mesmo constatando

a existência de leis locais¹ e nacionais² que apontam sobre a importância deste profissional, foi levantado o seguinte questionamento: quais são as dificuldades e desafios da atuação do psicólogo escolar, no que se refere ao compromisso ético, político e social em um contexto da rede privada?

Desta forma, a escolha da temática surgiu a partir deste questionamento e foi ratificada durante o período de estágio em Psicologia Escolar realizado pela pesquisadora, em que foi observada a ausência deste profissional na rede pública, bem como o desconhecimento de suas atribuições por parte dos atores educacionais. Outro fator de escolha se deve a incipiência de pesquisas desta temática *in loco* e ausência dos profissionais na rede pública, a pesquisa foi limitada ao contexto da rede privada. Neste sentido, o principal objetivo foi compreender a atuação do psicólogo escolar na rede privada em Boa Vista-RR.

No que refere aos aportes metodológicos, este estudo tem enfoque qualitativo, sendo uma pesquisa exploratória e descritiva de orientação materialista histórica, partindo desde a caracterização dos aspectos da atuação do Psicólogo Escolar, como uma compreensão dos seus relatos empíricos acerca de suas teorias e práticas, bem como seus desafios em sua atuação.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 UM OLHAR CRÍTICO DA PSICOLOGIA ESCOLAR

Para descrever um olhar crítico acerca da Psicologia Escolar, temos que compreender algumas indefinições acerca de alguns termos relacionados à área. Historicamente os termos de Psicologia Escolar e Psicologia Educacional permaneciam como campos distintos até muito recentemente: a primeira como sendo um campo da prática do profissional e a segunda enquanto uma área de pesquisa em Psicologia. A partir dessa dicotomia, passou a ser questionada por uma perspectiva crítica que considerava

¹ Lei 9394/96 (LDBEN) art. 58 § 1 e art 70, VI

² Lei N° 637/2008 e Lei N° 940/ 2013

que teoria e prática são elementos indissociáveis na constituição de uma ciência dita humana (SOUZA, 2009).

Ainda sobre essa dicotomia, segundo o Manual de Psicologia Escolar/Educacional, ambos os termos se complementam, sendo que esta dicotomia parece ser apenas acadêmica, como postula este manual:

O conceito de Psicologia Escolar/Educacional abrange a intersecção entre a Psicologia na Escola e a Psicologia da Educação. Embora haja variações sobre as definições e as reais atribuições entre Psicologia Escolar e Educacional, atribui-se à primeira o status de aplicada (visando a atuação prática) e à segunda, o de acadêmica (visando a pesquisa). Como ambas se complementam e se apoiam esta dicotomia parece ser apenas acadêmica (CASSINS, 2007, p. 21).

Deste modo, ao falar sobre a Psicologia Escolar e/ou Educacional, temos que compreendê-la no seu sentido mais amplo, pois não poderia ser entendida em um sentido estrito devido ser uma área que possibilita um leque de funções, contribuições e também diversas correntes teóricas. Neste sentido, a Psicologia Escolar pode ser definida, como um campo de produção de conhecimentos, de pesquisa e intervenção, assumindo, entre outros, um compromisso teórico e prático com as questões relativas à escola e a seus processos, a sua dinâmica, resultados e atores (OLIVEIRA; MARINHO-ARAÚJO, 2009).

Desta forma, de acordo com as autoras, a Psicologia Escolar pode ser compreendida como um campo de atuação que se constrói no contexto escolar com o objetivo principal de mediar os processos de desenvolvimento humano e da aprendizagem, contribuindo para a promoção da qualidade das relações interpessoais e do processo ensino-aprendizagem.

Neste sentido, também se faz necessário compreender o que é a Educação, que de acordo com Antunes (2008, p. 469) é entendida “como uma prática social e humanizadora, intencional, cuja finalidade é transmitir a cultura construída historicamente pela humanidade”. Conforme a autora, o homem não nasce humanizado, porém torna-se humano por pertencer ao mundo histórico e social, bem como por sua

incorporação desse mundo em si mesmo. Desta forma, essa historicidade e sociabilidade ocorrem o processo da educação, sendo está determinada e determinante.

Para tanto, Maluf (2011) destaca que a Educação com a Psicologia simboliza uma relação que ainda possui muitos questionamentos, especialmente no que refere a prática do psicólogo escolar, distanciando das possibilidades do profissional de fato contribuir para solução que a Educação brasileira enfrenta. Deste modo, segundo a autora, a Psicologia Escolar não pode e não deve ser reduzida como uma área de aplicação. O psicólogo situado em meios escolares tem que reconhecê-los como sendo também em meios educacionais, ou seja, o mesmo além de entender os processos de atuação, é necessário buscar compreender o funcionamento do sistema educacional brasileiro considerando os fatores históricos e sociais.

Neste contexto, torna-se importante trazer uma compreensão da Psicologia em uma concepção sóciohistórica, e para abordá-la nesta concepção, faz necessário discorrer sobre o que Meira (2003) aponta em seu livro “Psicologia Escolar: Teorias Críticas”, ou seja, refletir sobre as concepções críticas da Psicologia Escolar.

Desta forma vale destacar as reflexões iniciais sobre a Psicologia Escolar, em que esta atuação historicamente era baseada em concepções psicologizantes, bem como adaptacionistas, o que não se diferencia da contemporaneidade. Tais reflexões foram necessárias para romper com o modelo clínico empregado no contexto educacional, embora ainda haja tal visão por grande parte das pessoas que desconhecem o verdadeiro papel do psicólogo escolar, cabendo a este esclarecer tal incerteza (MEIRA, 2003).

Frente ao contexto, a mesma autora faz uma crítica aos aspectos que estão relacionados ao fracasso escolar que se referem às questões preconceituosas de exclusão de tudo que é diferente e/ou que foge do modelo “ideal”, sendo tal modelo empregado pelo sistema social e educacional. A mesma faz uma crítica assim como Patto (1997) contra a psicométrica, uma vez que muitos psicólogos são apenas chamados para fazer o diagnóstico, desconsiderando qualquer contexto, bem como as relações que levaram a esse aluno a ser indicado para tal avaliação.

Neste contexto de acordo com as autoras Meira (2003) e Patto (1997) os resultados desses diagnósticos muitas vezes são taxativos, como um dado real e absoluto; deste



modo torna-se imprescindível desmitificar qualquer tipo de rotulagem e propor estratégias para superar tais dificuldades encontradas pelo o aluno.

Desta forma, Checchia e Souza (2003) trazem uma ressalva quanto a esse modelo psicologizante, pois apontam que se deve atentar para uma predominância desse modelo clínico psicológico que faz refletir diretamente nas concepções dos professores, psicólogos e na sociedade em geral. Deste modo fica complexa a desmistificação do papel do psicólogo escolar que não seja atrelada a este modelo, uma vez que é o próprio profissional que transmite tal imagem por meio de sua atuação. Frente a isto, essa visão é referente à formação dos psicólogos, em que são direcionadas às disciplinas voltadas para a prática clínica.

Nesta perspectiva, as autoras apontam que os primeiros currículos dos cursos de formação, reafirmavam tal caráter clínico e de profissional liberal do psicólogo, com disciplinas que ressaltavam na formação o Psicodiagnóstico, as Psicoterapias e as Técnicas de Exame Psicológico.

Para Checchia e Souza (2003, p. 108) “essa formação hegemônica levou à atrofia de outras áreas de atuação historicamente anteriores a própria prática clínica como as áreas de industrial e educacional/escolar”. Deste modo, esta formação reproduz em sua atuação, a única opção e conhecimento que é lhes dado, a Psicologia Clínica, o que leva a uma perda de futuros profissionais em outras áreas, já que a sua formação não possibilita o aprofundamento de atuação em outras áreas.

Meira (2003) faz alguns apontamentos críticos e reflexivos acerca da Psicologia no que se refere ao contexto educacional, destacando que para o profissional de Psicologia tenha uma perspectiva crítica, faz-se necessário que seja esclarecido como ocorre a relação do indivíduo como um ser social e qual o papel deste no processo histórico.

Para tanto, Meira (2003) destaca que é necessário que a Psicologia possa favorecer não apenas no processo educacional, mas cumprir com sua função social, ajudando a escola desempenhar suas socializações do saber, como na formação crítica. Nesse sentido é preciso pensar em uma prática de transformação em um contexto que não é democrático, o qual está inserido em um cenário permeado por desigualdade, injustiças, prevalecendo uma Educação apenas como mercadoria.

Neste sentido, volta-se novamente para uma crítica quanto a formação do psicólogo, pois muitos dos currículos propostos nas instituições de ensino, acabam por excluir vários aspectos voltados para a realidade social, sendo tais aspectos necessários como pontos importantes nas preocupações curriculares dos cursos de formação em Psicologia (CHECCHIA; SOUZA, 2003).

Neste contexto, faz-se necessário discorrer sobre algumas propostas de atuação na perspectiva sócio-crítica, em que Checchia e Souza (2003) apontam que o aprofundamento das discussões no âmbito da Psicologia Escolar e Educacional permitiu que a área produzisse estudos que levaram à elaboração de elementos constitutivos de uma atuação/formação em Psicologia Escolar em uma perspectiva crítica.

Tais propostas de atuação/formação do psicólogo escolar foram norteadas a partir de reflexões decorrentes das críticas teórico-metodológicas à Psicologia e à Psicologia Escolar nas últimas décadas e se baseiam em: a) Compromisso político do psicólogo com a luta por uma escola democrática e de qualidade social; b) ruptura epistemológica com concepções adaptativas de Psicologia na direção de uma Psicologia Crítica; c) construção de uma *práxis* psicológica frente à queixa escolar (SOUZA, 2009).

Segundo Checchia e Souza (2003), o compromisso político do psicólogo seria a luta por uma escola democrática e de qualidade social, destacando-se o resgate da função social da escola em uma perspectiva histórico-crítica que remete formação do pensamento científico; a formação do cidadão crítico e a ampliação da socialização e da difusão de valores na direção da sociedade democrática.

Para Checchia e Souza, (2003) apontam que a concepção de ruptura epistemológica de uma Psicologia adaptativa, o foco do encaminhamento que anteriormente era depositado na criança se desloca para rede de relações produzidas no contexto escolar, em que se ressalta a consideração de diversos fatores implicados na produção da queixa escolar, como uma forma de criticar a culpabilização da criança pelo fracasso escolar e modelo diagnóstico.

De acordo com estas autoras, esta ruptura possibilitaria não apenas o bem-estar das crianças, com sua aprendizagem e superação dos obstáculos que dificulta o

desenvolvimento de seu potencial e a promoção de autoconhecimento, de modo a possibilitar ações na comunidade em que vivem (CHECCHIA; SOUZA, 2003).

Nesta direção, a construção de uma *práxis* psicológica frente à queixa escolar, ressalta-se a construção de uma prática a partir da comunidade, bem como compreender a rede de relações que constitui o que se denomina escola e que se materializa o contexto local existente, contextualizada e materializada através das práticas individuais, pedagógicas, políticas e relacionais (EZPELETA; ROCKWELL, 1986).

No entanto, não basta apenas compreender as propostas de atuação sem considerar a formação do psicólogo. Deste modo, Checchia e Souza (2003) apontam que um dos grandes desafios na formação do psicólogo escolar, se baseia, portanto, em implementar discussões e elementos que constituem o que se chama de uma atuação crítica em Psicologia Escolar. Frente a isto, conforme estas autoras a apropriação de uma modalidade de uma prática profissional cuja a ruptura epistemológica consiste em um olhar crítico e comprometido com uma concepção política emancipatória envolve a realização de um trabalho consolidado na realidade educacional/escolar brasileira.

Neste sentido, Antunes (2003) menciona que o psicólogo escolar bem como os demais profissionais da Educação tem buscado agir na direção da superação dos problemas educacionais e criar possibilidades de construção de uma Educação mais democrática e efetiva, principalmente no que concerne as camadas populares, atendendo a inevitável articulação com a realidade social como um todo e sendo compromissada fielmente com a mesma.

Para tanto, o desafio que se coloca à Psicologia Escolar na contemporaneidade é a consolidação de um perfil profissional compromissado com a pesquisa, tendo uma continuidade no seu investimento pessoal e profissional, com escolhas teóricas que lhe conferem sentido e significado à atuação sendo importante também desenvolver suas competências e posturas éticas que oportunizem crítica e lúcida compreensão do sistema educacional em seus aspectos político-sociais (MARINHO-ARAÚJO, 2010).

Desta forma, vale destacar o que Meira (2003) postula também sobre a transformação humana e o compromisso social da Psicologia Escolar. Sendo assim, a autora afirma que para a Psicologia Escolar possa contribuir na transformação humana,

não basta obter a teoria e técnica sem ter a finalidade social de sua prática, sendo importante ressaltar que sua atuação possui possibilidades e limitações como qualquer outro profissional.

Diante ao exposto, não se quer afirmar que o psicólogo escolar terá a fórmula eficaz e imediata para resolver todos os problemas, mas também o mesmo não deve ter atuações negligentes. Deste modo é preciso entender que para que a Psicologia tenha finalidade social é preciso firmar uma Psicologia Escolar que seja crítica.

2.2 A PSICOLOGIA ESCOLAR EM RORAIMA

As pesquisas relacionadas sobre a Psicologia Escolar na região Norte ainda são incipientes comparadas às pesquisas da região sul e sudeste. Deste modo, ao se pesquisar sobre a Psicologia Escolar em Roraima percebe-se a necessidade de explorar tal temática, pois são escassas as publicações locais, sendo um dos poucos estudos encontrados o de Rebouças e Gomes (2008)³, Loureto et al (2015)⁴ e Ferreira (2016)⁵.

Frente ao exposto, os estudos encontrados de Rebouças e Gomes (2008) buscavam conhecer como os acadêmicos do curso de Psicologia da UFRR concebem as possibilidades de atuação dos psicólogos escolares. Neste mesmo estudo buscou-se também identificar quais as questões em Psicologia Escolar que lhes suscitam interesse de investigação, assim como, a análise da oferta curricular nesta área. Participaram do estudo 30 acadêmicos.

Desta forma, os resultados apontaram que 90% dos participantes afirmam que não conheceram em suas escolas a atuação do psicólogo escolar. Mencionaram que embora seja importante a atuação deste profissional, não é um campo muito valorizado. Em relação aos interesses dos acadêmicos a esta área, demonstrou-se pouca atratividade, bem como a desinformação dos acadêmicos quanto à função do psicólogo escolar.

Já nos estudos de Loureto et al. (2015) objetivou conhecer a visão dos professores que atuam em escolas estaduais e municipais do município de Boa Vista, Roraima, sobre

³ Estudo apresentado na Reunião Regional da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) em Boa Vista, 2008.

⁴ Estudo apresentado no “XIV Encontro de Pesquisa e Iniciação Científica da UFRR” em 2015.

⁵ Trabalho de Conclusão de Curso de Psicologia da Universidade Federal de Roraima, 2016.

as possibilidades de contribuição do Psicólogo Escolar (PE) frente aos alunos com deficiência. Participaram do estudo 170 professores da rede estadual e municipal.

Os resultados deste estudo indicaram a ausência do psicólogo escolar nas instituições escolares, não sendo relatada a presença de psicólogos itinerantes. O estudo também apontou o despreparo dos professores em trabalhar com alunos que apresentam algum tipo de deficiência.

O estudo de Ferreira (2016) visou compreender concepções de alunas e alunos do curso de Psicologia da Universidade Federal de Roraima sobre a atuação em Psicologia Escolar. Deste modo os principais resultados referentes a este estudo que as concepções destes alunos a respeito do que sejam as atribuições do psicólogo escolar e educacional em relação às atribuições de outras especialidades na escola, foram confusas e conflitantes, bem como quando estes alunos foram questionados acerca da possibilidade de atuar na área da psicologia escolar, constatou-se uma afirmação positiva da grande maioria dos participantes (69%). Porém, quando investigados sobre o interesse para uma possível atuação profissional, em primeira opção, surgiram as áreas da Psicologia Clínica e Psicologia Comunitária, ficando a área de Psicologia Escolar e Educacional, em último lugar com apenas 2,8% da preferência (FERREIRA, 2016).

Neste estudo citado acima, percebe-se que ainda há confusões acerca das atribuições e da identidade profissional do psicólogo escolar, bem como o olhar secundário para a área da psicologia escolar, prevalecendo o forte interesse pela área clínica, campo tradicional da psicologia.

Desta forma, faz-se necessário mencionar que as pesquisas de Gomes (2008) e de Loureto et al. (2015) a partir dos resultados encontrados, percebe-se a ausência do psicólogo escolar na rede pública, mesmo com proposições legislativas locais que regem sobre a atuação da Psicologia nesta área. Neste sentido, faz-se necessário mencionar as leis que consideram importante a atuação do psicólogo neste âmbito.

Para tanto, considera-se necessário apontar que não existe uma lei do município de Boa Vista que rege a respeito da inserção do psicólogo escolar nas instituições de ensino (LOURETO et al, 2015). Entretanto, existe a Lei nº 637 de 18 de janeiro de 2008

que autoriza o Governo do Estado de Roraima a criar o Programa de Assistência Psicológica a Crianças e Adolescentes nas Escolas Estaduais e dá outras providências, a saber:

Art. 1º Fica o Governo do Estado autorizado a criar, no âmbito das escolas estaduais, o Programa de Acompanhamento e Orientação Psicológica específica para educandos matriculados na rede estadual de ensino.

Art. 2º O Governo do Estado recrutará em seus próprios quadros, ou admitirá por concursos, quantos profissionais graduados em Psicologia sejam necessários para que fique disponível ao menos um em cada estabelecimento de ensino fundamental e médio.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Neste contexto, percebe-se a importância que este profissional tem no âmbito da Educação, embora não estejam claras na lei quais são as especificações deste profissional. Desta forma, mesmo sendo uma lei estabelecida há oito anos (2008), em que está explícito que é preciso ao menos um profissional em cada estabelecimento, ainda não há até hoje a presença dos psicólogos atuando na rede pública estadual de ensino.

Vale destacar que existe também a lei nº 940 que foi aprovada e sancionada pela Assembleia Legislativa do Estado em 18 de dezembro de 2013. Esta lei dispõe sobre a instituição do Programa de Atendimento Psicopedagógico e Social no Sistema Estadual de Ensino Público, e dá outras providências.

Frente a isto, na referida lei observa-se a importância de se ter uma equipe interprofissional constituída por profissionais com formação em Psicologia, Pedagogia e Serviço Social, devidamente inscritos no órgão competente, quando houver, para acompanhar o processo ensino-aprendizagem. A lei também traz que a partir de 300 alunos é necessária uma equipe composta por estes profissionais, bem como as especificações do profissional de Psicologia como consta em seu art.2º, §1º, 2º e 3º, a saber:

Art. 2º Com fundamento nos princípios constantes do art. 3º da Lei Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em especial, na liberdade de aprender, ensinar,

pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber e no pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, o Sistema Estadual de Ensino manterá nas unidades Educacionais de Ensino Fundamental e Médio, equipe interprofissional para acompanhamento dos discentes.

§1º A equipe interprofissional será constituída por profissionais com formação em Psicologia, Pedagogia e Serviço Social, devidamente inscritos no órgão competente,



quando houver, para acompanhar o processo ensino-aprendizagem.
§2º Cada unidade educacional com mais de 300 (trezentos) alunos deverá dispor em seus quadros pelo menos uma equipe formada pelos profissionais constantes na presente Lei para o atendimento e orientação aos educandos.
§3º O profissional psicólogo além da orientação educacional aos discentes fornecerá dados necessários a gestão da unidade para que as questões surgidas tenham o tratamento legal e administrativo conjunto ao bem-estar da instituição de acordo com os princípios pedagógicos a serem adotados no estabelecimento.

Frente ao contexto, percebe-se no §1 e 3 da lei, a limitação da atuação do psicólogo escolar, pois neste parágrafo evidencia uma limitação voltada apenas com o foco ensino-aprendizagem, afastando-o de outras contribuições que o mesmo possa estabelecer. Já no §3, sua atuação está voltando como orientador educacional, ou seja, trabalha diretamente com os alunos visando obter as informações destes para a gestão com objetivos administrativos e pedagógicos. Desta forma, ambas as especificações estão voltadas para uma atuação tradicional, que visa especialmente trabalhar com o aluno no seu processo ensino-aprendizagem.

Diante ao exposto, percebe-se que no estado existe uma preocupação em colocar profissionais de Psicologia no âmbito da Educação, sendo tais preocupações expostas através de leis. Embora essa preocupação esteja apenas ocorrendo no papel, a execução dessas leis ainda vem sendo percebida como uma indeterminação, fazendo com que estes profissionais se “afastem” do setor público e se aproximem do setor privado.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação e o ensino são processos e elementos estratégicos e fomentadores de constantes reflexões, análise e visões que os indivíduos e profissionais da educação estarão sempre a se debruçar, visando responder as inquietações demandadas pelo contexto escolar e pela sociedade como um todo. Assim, o objetivo deste trabalho foi apresentar um breve panorama da trajetória da psicologia escolar no Estado de Roraima, uma vez que a cada década temos percebido as mudanças abruptas dos estudantes e famílias, profissionais e políticas públicas e seus impactos sociais, culturais e legais.



Logo, o psicólogo escolar é um dos profissionais requeridos a contribuir frente as demandas emergentes que estão a suscitar outras visões e possibilidades de desenvolvimento e formação de crianças e adolescentes na região norte.

Foram utilizados 03 (três) produções científicas - artigos e monografias - de acadêmicos de psicologia da Universidade Federal de Roraima- UFRR, além da revisão da literatura e pesquisa de campo. A psicologia escolar coloca-se ainda como uma proposta embrionária e processual. Para construção desta revisão de literatura, foi tomado como estratégia de método pesquisas realizadas na biblioteca da Universidade Federal de Roraima, bem como, fontes oriundas de site da internet onde utilizou-se os seguintes temas: “Psicologia Escolar em Roraima”. Os dados acolhidos foram localizados com a ajuda do Google Acadêmico.

O material colhido e utilizado pelas pesquisas, culminaram em fortalecer que ainda se faz necessário investigar dados e compara-los com a realidade. Frente a isto, esclarecer a função e atuação do Psicólogo Escolar dentro de uma escola é importante, pois, mesmo com um histórico sobre sua atuação no Brasil e tendo deixado registro que a profissão do Psicólogo é uma das pioneiras em relação a investigação em relação as dificuldades enfrentadas no educação, em específico ao processo de ensino-aprendizagem, é preciso um olhar clínico e conscientizado por pessoas que demandam do poder público para o resgate do papel deste profissional dentro das escolas.

No Estado de Roraima, a educação dispõe de leis específicas que asseguram a atuação deste profissional dentro das escolas. O que falta? A determinação de quem controla o estado, especificamente, o Poder Público que administra o Estado. Acredita-se que se de fato houvesse nas redes estaduais e municipais a atuação de um Psicólogo Escolar, haveria uma melhora quanto ao enfrentamento e resolução as dificuldades enfrentadas por parte dos alunos no que se refere a aprendizagem significativa, pois, os fatores que causam dificuldades podem ser oriundos de outras situações que não estão centralizadas a dificuldade do assunto ministrado.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, M. A. M. Psicologia e Educação no Brasil: um olhar histórico-crítico. In: MEIRA, Maria Eugênia Melillo; ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino (Orgs.). **Psicologia escolar: teorias críticas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003, 139-168 p.

CASSINS, A. M. et al. **Manual de Psicologia Escolar- Educacional**. Curitiba : Gráfica e Editora Unificado, 2007. 45p.

CHECCHIA, A. K. A.; SOUZA, M. P. R. Queixa Escolar e Atuação Profissional: apontamentos para a formação de psicólogos. In: In: MEIRA, Maria Eugênia Melillo; ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino (Orgs.). **Psicologia Escolar: Teorias Críticas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. p. 100-137.

EZPELETA, J.; ROCKWELL, E. **Pesquisa Participante**. São Paulo: Cortez, 1986.

GOMES, V.L.T. A formação do psicólogo escolar e os impasses entre a teoria e a prática.in: GUZZO, R.S.L (cols). **Psicologia Escolar: LDB e Educação Hoje**. 3 ed. Campinas, SP: Alínea: 2008, p. 39-60.

LIMA, A. M. N. Breve histórico da psicologia escolar no Brasil. *Psicologia Argumento*. Curitiba, v. 23, n. 42, p. 17-23, jul/set. 2005. Disponível em:<www.pucpr.br/reol/index.php/pa?dd99=pdf&dd1=173>. Acesso em: 24 fev. 2016.

LOURETO, G. D. L. et al. Psicologia escolar e necessidades especiais: visão dos professores das escolas de Boa Vista, Roraima. *Psicologia e Argumento*, v.33, n.83, 2015.

MALUF, M. R. **Psicologia e Educação: paradoxos e horizontes de uma difícil relação**. I Congresso Nacional de Psicologia Escolar. ANAIS. São Paulo: ABRAPEE/PUCCAMP, 2011.

MARINHO-ARAÚJO; C. M; ALMEIDA, S. F. C . Psicologia Escolar: pesquisa e intervenção. *Em Aberto*, Brasília, v. 23, n. 83, p. 17-35, mar. 2010

MEIRA, Marisa Eugênia Melillo. Construindo uma concepção crítica de psicologia escolar: Contribuições da pedagogia histórico-crítica e da psicologia sociohistórica. In: MEIRA, Maria Eugênia Melillo; ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino (Orgs.). **Psicologia Escolar: Teorias Críticas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. p. 13-78.

MEIRA, Maria Eugênia Melillo; ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino (Orgs.). **Psicologia Escolar: Teorias Críticas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003;



OLIVEIRA, C. B. E.; MARINHO-ARAÚJO, C. M. Psicologia escolar e cenários atuais. *Revispsi*. Ano 9, n.3. 2009. p.648-663. Disponível em: < <http://www.revispsi.uerj.br/v9n3/artigos/pdf/v9n3a07.pdf> >. Acesso em: 02 dez. 2015.

PATTO, M. H. S. Para uma crítica psicométrica. *Psicologia USP*, v. 8, n. 1, São Paulo, 1997. p.1-9.
Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010365641997000100004>. Acesso em: 13 fev. 2016.

REBOUÇAS, A. S.; GOMES, M. S. L. Psicologia Educacional e Escolar - desvalorização ou desinformação - qual a percepção do acadêmico de psicologia em relação a esta área de atuação? *62ª Reunião apresentada a SBPC 2008*. Disponível em < <http://www.sbpcnet.org.br/livro/62ra/resumos/resumos/6445.htm> >. Acesso em: 28 jan. 2016.

SOUZA, M. P. Psicologia Escolar e Educacional em busca de novas perspectivas. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)*, v.8, n. 1, p. 179-182, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v13n1/v13n1a21.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2016.